

**LEI Nº 501, DE 03 DE JUNHO DE 1963.**

(Revogada pela Lei nº 3.405/2018)

**~~O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE:~~** Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**~~Art. 1º~~**— Fica criado o Conselho Municipal de Educação com as atribuições que esta lei lhe condigna e as que lhe sejam, em qualquer época, delegadas por órgão ou serviços governamentais de educação nas esferas estadual ou federal.

**~~Art. 2º~~**— O Conselho Municipal de Educação será assim constituído:

- a) um membro nato — Prefeito Municipal, que será o Presidente;
- b) seis (6) membros nomeados pelo Prefeito Municipal e escolhidos dentre pessoas da comunidade que satisfaçam as condições de:
  - 1) idoneidade moral;
  - 2) interesse e experiência em assuntos de educação;
  - 3) não exercerem atividade político-partidária.

**~~Art. 3º~~**— O mandato dos Conselheiros nomeados será de quatro (4) anos, renovando-se os seus membros pela metade, de dois (2) em dois (2) anos.

§ 1º — as primeiras nomeações compreenderão mandatos de quatro (4) e dois (2) anos.

§ 2º — no caso de ocorrência de vaga, o membro nomeado o será para completar o mandato do substituído.

**~~Art. 4º~~**— O mandato dos Conselheiros será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes à educação do Município.

**~~Art. 5º~~**— Constituem atribuições do Conselho:

- 1) Elaborar o Plano Municipal de Educação que deverá seguir as diretrizes e metas básicas do plano diretor nacional, o Plano Federal de Educação;
- 2) Entrosar-se com os órgãos ou serviços governamentais de educação, no âmbito estadual e federal;
- 3) Providenciar, na área municipal, para que se faça:
  - a) a apuração do custo médio do ensino;
  - b) a averiguação do grau de escassez do ensino oficial em relação à população em idade escolar;
- 4) Apresentar estudos e planos visando a uma distribuição racional de unidades da rede escolar no Município;
- 5) Sugerir medidas aos órgãos dos poderes Executivo e Legislativo nas fases de elaboração e tramitação do orçamento municipal, visando:
  - a) a fixação dos recursos previstos nos artigos 92 — § 3º e 93 — § 1º, letra “d” da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
  - b) ao enquadramento dos serviços orçamentários especificados para a educação dentro do Plano Municipal.
- 6) Sugerir medidas e colaborar:
  - a) como poder público municipal na tarefa de chamada anual da população escolar de sete anos de idade para matrícula na escola primária;
  - b) com o poder público estadual na promoção do levantamento anual, no Município, do registro das crianças em idade escolar.
- 7) Opinar sobre os assuntos educacionais não especificamente indicados nesta lei e que forem a ele submetidos pelo poder municipal.

**~~Art. 6º~~**— Fica aberto crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para fazer face às despesas de instalação e as decorrentes dos trabalhos de ordem técnica.

~~Art. 7º~~ Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

~~Alegre, 03 de junho de 1963.~~

~~**JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.